

ALUNO SURDO! O QUE FAZER? O DESAFIO DO ENSINO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS

Ailton Cavalcante Machado¹ Debora Rocha de Souza Vale²
Jackson da Silva Vale³ Augusto Fachín Terán⁴

Resumo: O ensino da Língua Brasileira de Sinais tem um contexto gramatical diferente da Língua Portuguesa, por tanto precisa ter uma abordagem linguística diferenciada. O nosso objetivo é identificar os desafios educacionais que os docentes enfrentam para o ensino da Língua Brasileira de Sinais, nas escolas públicas de Manaus. A pesquisa é do tipo bibliográfico e foi usada a técnica de análise documental. Para que pudéssemos ter bases teóricas consistentes, recorreremos aos conceitos preestabelecidos de autores como Gesser (1971), Santana (2007), Mainieri (2011), entre outros. Concluímos que, não basta somente a inclusão do aluno surdo em salas de ensino regular, faz-se necessário o seu atendimento nas suas necessidades linguísticas e que respeite suas diferenças.

Palavras-chave: Desafios de Ensino. Aluno Surdo. LIBRAS

Abstract: The teaching of the Brazilian Sign Language has a grammatical context different from the Portuguese Language, therefore it must have a differentiated linguistic approach. Our objective is to identify the educational challenges faced by teachers in the teaching of the Brazilian Sign Language in public schools in Manaus. The research is of the bibliographic type and the technique of documentary analysis was used. In order to have a consistent theoretical basis, we use the pre-established concepts of authors such as Gesser (1971), Santana (2007), Mainieri (2011), among others. We conclude that it is not enough just to include the deaf student in regular teaching rooms, it is necessary to attend to their linguistic needs and respect their differences.

Keywords: Teaching Challenges. Deaf Student. LIBRAS

INTRODUÇÃO

Quando falamos em desafios estamos retratando uma luta constante de aceitação e do reconhecimento linguístico da LIBRAS, isso abarca toda a estruturação gramatical que a Língua Brasileira de Sinais possui, além de precisar de docentes qualificados e fluentes na Língua. Não estamos tratando apenas de um mero conhecer de sinais, de uma disciplina básica que o professor teve na sua formação

¹ Graduado em Pedagogia pela UFAM, Pós-Graduado em Metodologia do Ensino Superior, E-mail: ailtoncavalcante@yahoo.com.br

² Graduada em Normal Superior, Acadêmica do Curso de Bacharelado em Letras/Libras, Universidade Federal de Santa Catarina, E-mail: debysouz@hotmail.com

³ Professor Especialista da Universidade do Estado do Amazonas, E-mail: jdsvale@uea.edu.br

⁴ Doutor e Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia da Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: fachinteran@yahoo.com.br

de base, mas estamos atentando a um conhecimento profundo da LIBRAS, conhecimento este que só pode ser adquirido mediante uma formação específica.

O presente artigo visou atrair o olhar para um ensino diferenciado direcionado à comunidade surda (aluno surdo) e uma aceitação pela identidade surda. Esse olhar quase não é perceptível ou nada importante à visão das instituições de ensino, tendo em vista que os professores são ouvintes e não sabem LIBRAS, além de se deparar com um grande desafio de utilização de metodologias diferenciadas para esse público e ainda não ter o tempo disponível para repassar os conteúdos propostos pela escola e para ensinar a LIBRAS ao mesmo tempo, acarretando assim uma exclusão do aluno surdo dentro de uma sala denominada inclusiva.

O Trabalho foi estruturado em três tópicos básicos: o primeiro versa sobre um recorte histórico do povo surdo, suas lutas e conquistas, buscamos atrair para uma reflexão sobre o sofrimento de um ser que se sente muitas vezes excluído sem razões, ficando a margem da sociedade por apenas possuir uma simples limitação, que seria o não ouvir. O segundo tópico discorre a respeito do direito pelo conhecimento e por uma aprendizagem diferenciada, direito que fica estático por diversos motivos, falta de profissionais fluentes na LIBRAS, metodologias e tecnologias a favor do aluno surdo, o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais como língua materna por parte da família. No último tópico retratamos quanto ao desafio da inclusão e do ensinar a LIBRAS para os alunos surdos, um fio mediador entre uma forma diferenciada de ensinar e de aprender desses alunos.

Trata-se de uma pesquisa no primeiro momento de cunho exploratório, seguido por um processo descritivo do fenômeno a luz de autores que carregam consigo conhecimentos e pesquisas quanto ao tema de ensino da Língua Brasileira de Sinais, a história da educação dos surdos no Brasil e os desafios de um ensino inclusivo. Neste sentido, buscou-se nas referências bibliográficas e documentais o embasamento necessário para atingir os objetivos do artigo no que concerne ao desafio do ensinar a LIBRAS nas escolas públicas de Manaus.

INTERLIGANDO A HISTÓRIA, AS LUTAS E AS CONQUISTAS DO SER SURDO.

Pensar em educação de surdos é refletir sobre os artefatos culturais e trajetórias históricas vividas e sofridas por uma comunidade que foi esquecida por muito tempo. Conhecer a história não é apenas uma simples aquisição de conhecimentos, mas é acima de tudo uma reflexão e comparação entre as épocas que deixaram marcas, contra o andamento de uma sociedade atual que poderá deixar outros tipos de marcas, é a abertura para indagações e quebras de paradigmas, é luta implacável de uma aceitação que percorre décadas, é uma constante e incansável batalha para derrotar por completo o descaço e a exclusão do sujeito surdo.

De acordo com Strobel:

Conhecer a história de surdos não nos proporciona apenas a ocasião para adquirirmos conhecimentos, mas também para refletirmos e questionarmos diversos acontecimentos relacionados com a educação em várias épocas. Por exemplo, por que atualmente, apesar de se ter uma política de inclusão, o sujeito surdo continua excluído? (2009, p.03).

Assim como tantas outras lutas de povos e nações, o povo surdo tem a sua história pautada numa evolução contínua de conquistas e consequentemente de oportunidades, como é o caso do reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), como Língua oficial da Federação Brasileira, reconhecida através da Lei 10.436, de 24 de abril de 2002 e posteriormente regulamentada com o Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005.

Pesquisas e publicações apresentam cronogramas de fatos históricos referentes ao tratamento do ser surdo em diversas épocas, estas, importantes para que possamos entender do porque o ser surdo ainda luta contra a desigualdade social e de reconhecimento e aceitação linguística. Na idade antiga, por exemplo, segundo Strobel (2009, p. 17), os Romanos não aceitavam os surdos porque achavam que eram pessoas castigadas ou enfeitiçadas, jogando-os a Rio Tiger. Na Grécia, os surdos eram considerados inválidos, causando muito incômodo para a sociedade, por isto eram condenados à morte. No entanto, para os Egípcios e Pérsias, os surdos eram considerados como criaturas privilegiadas, enviados dos deuses, porque acreditavam que eles se comunicavam em segredo com os deuses, no entanto, os surdos tinham vida inativa e não eram educados.

Ainda, Strobel (2009, p.19) afirma que na idade Média os surdos não tinham tratamento digno e os colocavam em fogueiras, eram sujeitos estranhos e objetos de curiosidades da sociedade. Posteriormente os monges beneditinos, na Itália, empregavam uma forma de sinais para comunicar-se entre eles, a fim de não violar o rígido voto de silêncio. Na idade Moderna o monge beneditino Pedro Ponce de Leon (1510-1584), na Espanha, estabeleceu a primeira escola para surdos em um monastério de Valladolid. Ponce de Leon usava como metodologia a dactilologia, escrita e oralização. Mais tarde ele criou a escola para professores de surdos. Ponce não publicou nada sobre o seu método, caindo no esquecimento porque a tradição na época era de guardar segredos sobre os métodos de educação de surdos. Nesta época, só os surdos que conseguiam falar tinham direito à herança.

Após várias décadas de inquietações e debates a respeito dos surdos, Charles Michel de L'Épée - religioso francês – conseguiu aprender com os surdos a língua de sinais francesa, pois como os surdos não ouviam e não falavam como os demais, estavam condenados diante da fé católica. L'Épée ao aprender os sinais iniciou a educação de surdos na França, ensinando além da religião, conhecimentos a nível escolar. Em 1789, L'Épée morre e a França passa por um período difícil e de mudanças significativas que de certo modo atingiria os surdos. Em 1789, ano de sua morte, L'Épée havia criado cerca de vinte e uma escolas para surdos na França e Europa.

Na idade contemporânea, Jean Marc Itard, médico cirurgião e defensor do oralismo, foi um dos mau feitores para com o povo surdo. Como médico quis a todo custo descobrir as causas da surdez, cometendo barbaridades a fim de desvendar a cura dos surdos, não importando os caminhos, pois para aquela época a surdez era uma doença que necessitava ser curada a qualquer preço.

Conforme Strobel (2009, p. 24) em 1855, Eduardo Huet, professor surdo com experiência de mestrado e cursos em Paris, chega ao Brasil a convite do imperador D. Pedro II, com a intenção de abrir uma escola para pessoas surdas. Ele funda a primeira escola para surdos no Rio de Janeiro – Brasil, o “Imperial Instituto dos

Surdos-Mudos”, hoje, “Instituto Nacional de Educação de Surdos”– INES. Foi nesta escola que surgiu, da mistura da língua de sinais francesa com os sistemas já usados pelos surdos de várias regiões do Brasil, a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais).

Em 1880, o Congresso de Professores de Surdos em Milão, surge para discutir e avaliar qual seria o melhor método para a educação do surdo: a língua de sinais, o oralismo ou a mista (MOURA, 2000). Segundo (LANNA JUNIOR, 2010):

Houve votação e o maior número de votos foi para o método oral, que tinha como proposta ensinar os surdos a falar e fazer leitura labial, classificado por eles como melhor método na educação dos surdos. A partir desse Congresso diversos países, inclusive o Instituto dos Surdos-mudos no Brasil, foram proibidos de usar a Língua de Sinais para não extinguir a habilidade de oralização dos surdos, método este classificado como capaz de destruir a fala das crianças. Devido a essa proibição houve isolamento cultural do povo surdo, uma vez que aconteceu a negação completa da cultura e da identidade surda, trazendo como consequência a decadência do número de professores surdos nas escolas para surdos e o aumento dos professores ouvintes.

Portanto, as escolas para surdos passaram a seguir um modelo oralista (MOURA, 2000). Essa ideia caiu por terra após perceber o fracasso total desse modelo, com isso, o marco inicial para uma mudança, deu-se na década de 1990, ganhando força significativa e atualmente reconhecida como uma Língua.

No Brasil a Libras adquiriu status linguístico em 24 de abril de 2002 com a ação da Lei Nº 10.436/02 regulamentada pelo Decreto 5.626/05, que reconhece como meio legal de comunicação e expressão das comunidades surdas brasileiras. Esta mesma Lei prevê que o poder público e as concessionárias de serviços público devem garantir formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da LIBRAS.

DIREITO AO CONHECIMENTO E POR UMA APRENDIZAGEM DIFERENCIADA.

Por décadas a pessoa surda está numa margem desigualitária. O surdo espera pela aceitação e pela oportunidade de conhecimento igualitário ao ouvinte, não querendo mais se dispor a esperar por intérpretes que transmitam o que um ouvinte lhe comunica, neste caso, a mercê de repetição de códigos linguísticos orais para manuais. Mainieri (2011, p. 37, apud, WERNECK, 2006) fala:

De que modo se sente uma pessoa quando o mundo não reconhece como humano o seu modo de falar, de se expressar, de andar, de se locomover, de ver, de não ver...? Que tipo de olhar somos capazes de enviar a alguém quando notamos, em qualquer parte de seu corpo, algo que imediatamente desencadeia em nossas mentes um processo para resignificá-lo, para rever seu valor humano e, na sequência, atribuir-lhe um valor de “menos Humano”?

A educação vem rompendo barreiras, derrubando velhos paradigmas e reformulando conceitos sobre o que é educar e qual a finalidade de educação. Mas, no entanto, ainda há muito que se debater e se questionar. A exemplo disso MAINIERI (2011) questiona quanto ao tema de inclusão, indagando “quem são os incluídos?” e “o que é de fato a inclusão?”. A autora explica:

Com a obrigatoriedade, gratuidade, igualdade e permanência do aluno na escola regular, é inadmissível que a instituição escolar feche suas portas aos alunos com necessidades especiais. A escola inclusiva tem se preparado para atender a uma diversidade maior de alunos, tendo que se adaptar a metodologias diferenciadas (2011, p. 53)

Mas ainda surgem indagações. Se a escola ao aceitar um surdo em seu meio educacional, está realmente o reconhecendo como aluno que precisa de propostas metodológicas diferenciadas? É notável que nesta época de total ganância pelo conhecimento, a pessoa surda ainda se sinta limitada ao conhecimento, tendo em vista diversos fatores como: professores que não sabem LIBRAS, poucos intérpretes no mercado de trabalho ou até mesmo o próprio estudante surdo que não sabe LIBRAS, prevalecendo assim, o aprender de uma Língua que não faz sentido para o surdo, no caso, a Língua Portuguesa.

Segundo Schmiedt (2006), o ensino da língua portuguesa para surdos é o maior problema causado pela surdez, é a barreira da comunicação em língua portuguesa, seja ela na modalidade oral ou escrita. O sucesso escolar do indivíduo surdo está diretamente relacionado com a atenção que é dada com a relação da linguagem. Na visão de Lima (2006), é de fundamental importância que a influência da língua portuguesa oral sobre a cognição não seja supervalorizada em relação ao desempenho do aluno com surdez, pois isso dificultaria sua aprendizagem diminuindo suas chances de integração plena. Faz-se necessária, por conseguinte, a utilização de alternativas de comunicação que possam propiciar um melhor intercâmbio, em todas as áreas, entre surdos e ouvintes. Essas alternativas devem basear-se na substituição da audição por outros canais, destacando-se a visão, o tato e movimento, por isso hoje os estudos de aquisição de linguagem por pessoas surdas realçam a ideia que toda criança surda deve crescer em um ambiente bilíngue (FINAU, 2007).

Segundo Sacks (2001), o surdo tem uma capacidade inata de adquirir o sinal. A aquisição do sinal, da fala, ou de ambos depende do intercâmbio com as pessoas à volta, do ouvir a sua fala, ou do assistir ao seu sinal, se aos cinco ou seis anos a criança já tiver desenvolvido a fluência em linguagem, quer seja a fala, ou sinal, ela pode esperar ter a vida rica de comunicação e de intercâmbio comunitário, e de desenvolver fluência em leitura.

Para Raphael (2001), se a criança não tiver tido a oportunidade de desenvolver linguagem a essa altura, ela pode esperar ter uma vida de restrições e diminuição de conhecimento dentro da sua linguagem e cultura, e de incapacidade de ler e escrever. Naturalmente para as pessoas que nascem surdas, é muito mais fácil adquirir uma linguagem visual como a sua primeira língua, e dada uma firme fundação nessa linguagem, elas podem aprender a ler e escrever, e talvez, a tornar-se bilíngues e biculturais, o que é ideal para elas.

Para Costa (2003), vale esclarecer para o surdo, já que a modalidade oral-auditiva nem sempre suprirá suas necessidades de comunicação, a língua portuguesa será entendida como segunda língua (L2) e a língua gestual-visual como língua materna ou primeira língua (L1). Chama-se língua materna a primeira língua aprendida por um sujeito, em contato com o ambiente familiar imediato. No Brasil, a nossa língua materna é o português, língua falada por nossos familiares mais próximos e também pela a nossa comunidade em geral.

Para Quadros (2005), no bilinguismo, a primeira língua L1 dos surdos, é a língua de Sinais. A língua falada ou escrita a ser adquirida, é dita a segunda língua L2. A língua de sinais é considerada a língua natural dos surdos. Língua natural é aquela que os indivíduos adquirem na interação com outros, sem precisar de muito esforço e de um trabalho sistematizado. As pessoas com surdez adquirem a língua de sinais como os ouvintes adquirem o português oral.

A ideia não é simplesmente uma transferência de conhecimentos da primeira língua para a segunda, mas sim um processo paralelo de aquisição e aprendizagem em que cada língua apresenta seus papéis e valores e funções sociais representados, embora uma língua organize-se nos níveis fonológico, morfossintático, semântico e pragmático, para o aprendizado de língua portuguesa pelo aluno surdo (BRASIL, 1997).

Para Lima (2006), não trata-se de negligenciar o conhecimento da língua portuguesa ou supervalorizar a Língua de Sinais, até porque o surdo também compartilha de contextos nos quais o conhecimento da língua portuguesa escrita é necessária. No entanto, a Língua Portuguesa Oral, na qual a fonética está presente, não deve ser obstáculos para o aluno surdo.

O DESAFIO DA INCLUSÃO E O ENSINAR DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS AOS ALUNOS SURDOS.

Para Mantoan (2002), a inclusão escolar é um amparo legal no ensino dos surdos no Brasil, pela qual a política de inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino se entende pela inclusão que não consiste apenas na permanência física destes junto aos demais educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial das pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades.

Segundo Sá (2002), na integração da inclusão do ensino no surdo do Brasil, é necessário para que seja pensada e viabilizada uma escola pautada numa política da diferença ou para a “diferença”, de modo a que sejam concretizados processos de aprendizagem significativos e eficazes, a aplicação sobre o papel cabe à escola no contexto educacional.

Basso nos explica que:

Há poucos anos atrás a LIBRAS não existia como disciplina escolar. A regulamentação da Lei nº 10.436/2002, através do Decreto-Lei nº 5.626/2005, proporcionou uma revisão nos estudos e procedimentos a respeito do ensino da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – no contexto educacional do nosso país. Novos profissionais surgiram no cenário educativo: o professor de LIBRAS e o intérprete de Língua de Sinais, como figuras imprescindíveis para que o acesso aos conhecimentos fosse possível aos alunos surdos usuários da LS (2009, p. 04).

Para Lacerda (2013), o progresso de inclusão de alunos surdos nas escolas de ensino da rede pública e particular perpassa pela necessidade de igualdade das possibilidades de aprendizado, para tanto uma das exigências é que haja intérpretes de LIBRAS nas salas com esses alunos, pois não há professores fluentes

em Língua de Sinais (LS) para atender à demanda, o trabalho do interprete é de intermediador, interpretar a língua para a outra.

Na visão de Caetano (2013), o trabalho de intérprete é de intermediador, são confundidos como professores, mas de fato não são docentes. A Lei do interprete garante a escolaridade mínima do segundo grau. Contudo as escolas ainda são organizadas de maneira que atendam às necessidades dos alunos ouvintes, obrigando os estudantes surdos a optarem e priorizarem por atividades extracurriculares para aquisição de pontuação para a aprovação na escola.

Com a perspectiva da atuação do interprete de Libras há de considerar-se a parceria entre este e o professor. Essa união de forças para o trabalho com alunos é benéfica para todos, o professor possui o apoio de alguém que possui conhecimento específico acerca da situação, podendo ser um instrumentador de Libras que seja surdo, o interprete não sente sobrecarregado ou responsável pela educação do aluno, que por sua vez tem oportunidade de aprender com mais eficácia (SANTOS, 2013).

De acordo com Caetano (2013), o trabalho de intérprete de Libras será muito mais efetivo quando a informação visual for acessível, pois com aluno surdo poderá construir conceitos e coloca-los em tensão em relação aquilo que é apresentado pelo professor, dando oportunidades para uma aprendizagem mais reflexiva.

Para Pedroso (2001), os surdos adultos, esses alunos quando são inseridos na classe comum, enfrentam muitas dificuldades à aprendizagem, entre eles cabe destacar, dificuldade na comunicação com seus colegas e ouvintes e professores ouvintes e precária interlocução, proibição ao uso da língua de sinais, uso predominante, pelos colegas e professores da oralidade, falta de acesso aos componentes curriculares tratados na língua oral.

Martins (2005), afirma que por falta de conhecimento sobre como o surdo pode aprender a ler, escrever e relacionar-se com os conteúdos acadêmicos, esses alunos têm sido submetidos a processos formais de alfabetização e ensino, pensados por ouvintes. A superação desse quadro e o bilinguismo não dependem apenas do conhecimento da língua de sinais e da sua introdução nas escolas, mas também de metodologias que conversem com uma maneira diferenciada de ensino. Ainda, para BASSO:

Metodologias não apresentam garantias e certezas de como o ensino deva ser, mas funcionam como um conjunto orquestrado de elaborações desenvolvidas ou reconhecidas pelos surdos ou construídas a partir da cultura surda que produz efeitos de sentidos mais significativos para essa comunidade. Dentro de um currículo que está sempre aberto e em movimento para atender a realidade que se apresenta, o campo metodológico é um contínuo repensar das relações pedagógicas (2009, p.10).

Outro desafio a ser abordado e não menos preocupante é quanto a formação dos professores. Na visão de Quadros (2006), os cursos de formação de professores apenas a partir do final da década de 1990, estão oferecendo disciplinas curriculares relacionadas com a educação de todos os alunos, por recomendação da LDB, Lei 9.394/96, (BRASIL, 1996) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de Professores da Educação Básica, em nível Superior, Curso de Licenciatura Graduação Plena (CNE/CP 9/2001).

Especificamente em relação à educação do aluno com surdez, o Decreto 5.626/05, que regulamenta a Lei 10.436/02, determinou a inclusão da Língua Brasileira de Sinais – Libras, como disciplina curricular nos cursos de formação de Professores. Com a inserção de uma ou duas disciplinas nos currículos dos cursos de formação de professores, não poderá garantir processos educativos adequados a todos os alunos, mas garantir a formação do professor do país (SILVA, 2003).

Pereira (2003), fala sobre a falta de formação dos professores para ensinar os alunos surdos, apesar que os professores pesquisados verbalizarem acreditar na inclusão, no potencial dos surdos, suas atitudes eram contraditórias. Esses professores pareciam agir como esses alunos fossem menos capazes, exigiam menos deles, com atitudes equivocadas em relação à surdez.

Dias (2004) enfatiza que para superar essas condições na educação dos surdos, há urgência e relevância de problematizar acerca do ensino de alunos surdos na interfase da educação inclusiva e bilíngue, objetivando superar o quadro decorrente de modelos educacionais inapropriados as necessidades e especificidades educacionais desses alunos. A educação bilíngue é uma proposta afinada com os princípios da educação inclusiva, uma vez que ela pode proporcionar as condições necessárias à aprendizagem do surdo.

Destacamos que escolas bilíngues propiciam um maior conhecimento, tendo em vista que dentro dessas escolas todas as modalidades de ensino trabalham com profissionais fluentes na LIBRAS. O currículo escolar é diferenciado, as crianças aprendem a LIBRAS como a primeira Língua L1 e o português como segunda língua L2, ganhando assim um auto estímulo e o reconhecimento de sua própria identidade como surdo, ainda tem o contato e convívio com demais surdos, troca de conhecimento e experiências educacionais, sociais e profissionais. Para Basso:

É importante lembrar que o ensino da LS é uma proposta com fins definidos: o aluno surdo que adquire e aprende a LS no início de sua escolarização – educação infantil e primeira etapa do ensino fundamental – é aquele que terá experiências e competência linguística suficiente para, não somente acessar o conhecimento, mas também transformar esse conhecimento de forma crítica e ativa. E mais do que isso: a língua de sinais é a língua por meio da qual as identidades surdas são constituídas e a cultura surda se manifesta (2009, p. 04).

Segundo Mittler (2003), a inclusão escolar implica em reforma e reestruturação das escolas como um todo, e essas mudanças incluem: o currículo corrente, a avaliação, os registros e os relatórios de aquisições acadêmicas dos alunos, as decisões que estão sendo tomadas sobre o agrupamento dos alunos nas escolas ou na sala de aula, a pedagogia e as práticas de sala de aula, bem como as oportunidades de esporte, lazer e recreação.

Skliar (2006) acredita que nas mudanças dos parâmetros curriculares nacionais, mudanças nas leis de acessibilidade, mudança na universalização do acesso à escola, em relação aos alunos surdos, a reestruturação da escola implica em criar condições de interlocuções entre professores ouvintes e seus alunos surdos, garantindo práticas pedagógicas adequadas aos surdos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS é um desafio e responsabilidade de todos, englobando nesse termo as instituições de ensino, corpo docente, intérpretes, família, sociedade e comunidade. Estudos precisam ser feitos para determinar um resultado que apresente conclusões a respeito de ensino diferenciado aos surdos, com propostas metodológicas adequadas à comunidade surda e escolas bilíngues. A formação de professores para surdos deve ser uma prioridade.

Não basta somente a inclusão do aluno surdo em salas de ensino regular, mas principalmente faz-se necessário o atendimento nas suas necessidades linguísticas, portanto, os surdos precisam de uma educação que os respeite nas suas diferenças e que supere o quadro decorrente de modelos educacionais inapropriados as necessidades e especificidades educacionais desses alunos.

Consideramos que não basta colocar as pessoas com deficiência em classes regulares e em escolas inclusivas, se faz necessário assegurar as garantias e práticas pedagógicas que rompam as barreiras de aprendizagem a fim de não se fazer uma educação excludente.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. São Paulo: Editora do Brasil S/A, 1998. BRASIL. MEC Secretaria de Educação Especial. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/acs_dados_especial. Acesso em 16/09/2006.

CAETANO, J. F.; LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F. Estratégias metodológicas para o ensino de alunos surdos. In: LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos (Org.) **Tenho um aluno surdo, e agora?: Introdução à LIBRAS e educação de surdos**. São Carlos: EdUFCSCar, 2013. Cap. 11, p.185-200.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingüe da Língua de Sinais Brasileira**. 2 ed. São Paulo: Edusp. Pp. 1479 – 1487. Vol. 1. 2001.

COSTA, D. A. F. **Fracasso escolar: diferença ou deficiência?** Disponível em: <<http://www.psicopedagogia.com.br/entrevistas/entrevista.asp?entrid=84>>.

DIAS, F. R. G. **A importância da libras nos processos educacionais dos alunos surdos**. Disponível em: <<http://fredsonrandey.blogspot.com.br/2013/05/normal-021-false-false-pt-br-x.html>>.

GESSER, A. **LIBRAS? que língua é essa?: Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola, 2009.

KLEIN, M.; LUNARDI, M. L. **Surdez: um território de fronteiras**. EDT: Educação Temática Digital, Campinas, v.7, n.2, Pp. 14-23, jun. 2006.

LACERDA, C. B. F. O que dizem/sentem alunos participantes de uma experiência de inclusão escolar com aluno surdo. **Rev. bras. educ. espec.**[online]. 2007, vol.13, n.2, pp.257-280.

LANNA JÚNIOR, M. C. M. (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos; Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. 443 p.

LIMA, J. A. C. D.; CÓRDULA, E. B. D. L. O Ensino da Libras no Ensino Fundamental. **Revista Ceder Educação Pública**, 2017. Disponível em: <<http://educacaopublica.cederj.edu.br/revista/artigo/o-ensino-da-libras-no-ensino-fundamental>>.

Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: surdez. [4. ed.] Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal... [et. al.]. – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 89 p. : il.

LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002. Brasília, 24 de abril de 2002; 181º da independência da república.

LOPES, P. **A importância do ensino de libras na educação infantil nos anos iniciais**. 2016. Disponível em: <<https://pt.linkedin.com/pulse/import%C3%A2ncia-doensino-de-libras-na-educ%C3%A7%C3%A3o-infantil-nos-lobes2016>>.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo : Moderna , 2003. (Coleção cotidiano escolar)

MAINIERI, C. M. P. **Desenvolvimento e aprendizagem de alunos surdos: cognitivo, afetivo e social**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2011.

MOURA, M. C. A Fonoaudiologia e a surdez. In: LACERDA, C. B. F.; NAKAMURA, H.; LIMA, M. C. **Surdez e Abordagem Bilingue**. São Paulo: Plexus, 2000.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva**: Porto Alegre: Ed. ARIMED, 2003

MURTA, M. A.; FELOMENO, T. A. S.; FERNANDES, T. M. **Ensino da Libras como Instrumentos de Inclusão Educacional nos Cursos de Licenciatura: Desafios, Realidades e Necessidades**. Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436 de 24 e abril de 2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>.

NASCIMENTO, L. C. R.; SOFIATO, C. G. **A disciplina de língua brasileira de sinais no ensino superior e a formação de futuros educadores**. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/qetd/article/view/8639505> 2016>.

PEDROSO, C. C. A. DIAS, T. R. D. S. **Inclusão de Alunos Surdos no Ensino Médio: Organização de Ensino como Objeto de Análise**. Nuses: estudo sobre Educação, Presidente Prudente, SP, v. 19, N°.20, p. 134-154, maio/ago. 2011.

PEREIRA, E. W. Educação a distância: concepção e desenvolvimento. **Revista Linhas Críticas**, UnB, v. 9, n. 17, 2003

QUADROS, R. M.; SCHMIEDT, M. L. P. **Ideias para ensinar português para alunos surdos**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

QUADROS; R. M. **O tradutor e o intérprete de língua de sinais e língua portuguesa**. IV Congresso Internacional e X Seminário nacional do INES. Rio de Janeiro, 2005

SANTOS, J. P.D.C.D.; SILVEIRA, A.; VELANGA, C.; SILVA, S. C.G.C. **O ensino de libras e os desafios na implantação da disciplina do currículo das escolas municipais**

do ensino fundamental. Universidade e participação 3/ 13 e 14 de maio de 2013 – Rio de Janeiro.

SALVINI, D. XX – Formação de professores. **in: interlucuações pedagógicas:** Entrevista ao jornal das ciências -USP de Ribeirão Preto em 2004. Editora autores associados, 2010.

SACKS, O. **Vendo vozes:** uma viagem ao mundo dos surdos. Trad. Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SÁ, N. R. L. **Cultura, Poder e Educação de Surdos.** Manaus: Universidade Federal do Amazonas, p. 388, 2002.

SANTIAGO, S. A. S. **Problematizando a inclusão do estudante surdo:** da educação infantil ao ensino superior. (ORG). João Pessoa CCTA, 2015.

SILVA, F. J. D.; CZANOSKI, L. C. T.; DANTAS, M. N. R.; DAVID, M. C. A Inclusão que Exclui: A Realidade dos Alunos Surdos da Rede Regular de Ensino. **Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia das Faculdades QPET.** Junho de 2016.

_____. Libras na Educação de Surdos: o que dizem os Profissionais da Escola. **Psicologia Escolar e Educacional**, SP. Vol. 20, Num. 1, Janeiro de 2016.

_____. O Intérprete de Libras no Contexto do Ensino Superior. **Revista Teias**, v.17, n.46. (jul./set. – 2016: Observatorios de Educação Especial e Inclusão Escolar.

SKLIAR, C. A inclusão que é nossa e a diferença que é do outro. In: RODRIGUES, D. (Org.) **Inclusão e educação:** doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda.** Florianópolis: UFSC, 2008.

STROBEL, K. **História da Educação de Surdos.** Florianópolis: UFSC/Universidade Federal de Santa Catarina/Licenciatura em Letras-LIBRAS na modalidade à distância, 2009.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 2005.